

Manual de orientações para adaptação curricular



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA EDITORA IFB

REITORA

Veruska Ribeiro Machado

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Rosa Amélia Pereira da Silva

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Diene Ellen Tavares Silva

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Simone Braz Ferreira Gontijo

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Cláudia Sabino Fernandes

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

José Anderson de Freitas Silva

CONSELHO EXECUTIVO

Augusta Rodrigues de Oliveira Zana

Bruno Oliveira Tardin

Daniel Cerqueira Costa

Debora Kono Taketa Moreira

Demétrius Alves de França

Érika Barretto Fernandes Cruvinel

Gervásio Barbosa Soares Neto

Iva Fernandes da Silva Medeiros de Jesus

Jocênio Marquios Epaminondas

Lara Batista Botelho

Leonardo Moreira Leódido

Lucilene Alves Vitória dos Santos

Maria Antônia Germano dos Santos Maia

Mariela do Nascimento Carvalho

Maurílio Tiradentes Dutra

Nicolau de Oliveira Araújo

Ricardo Faustino Teles

Rute Nogueira de Moraes Bicalho

Rômulo Ramos Nobre Júnior

Sônia Carvalho Leme Moura Veras

Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos

Venâncio Francisco de Souza Júnior

COORDENAÇÃO

DE PUBLICAÇÕES

Daniele dos Santos Rosa

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Jefferson Sampaio de Moura

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Haroldo Brito [criatusdesign.com.br]

REVISÃO TEXTUAL

Alda Costa

ILUSTRAÇÕES

Adobe Stock

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C838

Costa, Lorena Silva

Manual de orientações para adaptação curricular [recurso eletrônico] / Lorena Silva Costa e Luana Lustoza de B. Ponte – Brasília: Editora IFB, 2025.

1 E-book : 23 p. : il. color. ; PDF. ; 1,8 MB.

Inclui referências.

ISBN 978-65-6074-030-3 (digital).

1. Educação. 2. Ensino. 3. Adaptação curricular para inclusão. I. Ponte, Luana Lustoza de B.. II. Título.

CDU: 37.016

Elaborado pela bibliotecária Daniel Cerqueira Costa CRB1-3256

2025 - Editora IFB

Obra produzida com apoio do Edital PREN 1/2024 — Apoio a Publicações de Cartilhas Pedagógicas



- A exatidão das informações, as opiniões e os conceitos emitidos na obra são de exclusiva responsabilidade dos autores.
- Todos os direitos desta publicação são reservados à Editora IFB.
- É permitida a publicação parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. É proibida a venda desta publicação.



REITORIA - Setor de Autarquias Sul
Qd 2, Bloco E - Edifício Siderbrás
CEP 70.070-020 | Asa Sul - Brasília/DF
www.ifb.edu.br
+55 (61) 2103-2110 | editora@ifb.edu.br

Sumário

1. Introdução	4
2. Inclusão no IFB: reflexões a partir do contexto do <i>Campus Planaltina</i> . . .	5
3. Apoio à Inclusão: Assessoria e Parcerias	6
4. Por que preciso realizar a adaptação curricular?	7
5. Você sabe o que é uma adaptação curricular?	8
6. Dicas pedagógicas para a adaptação	9
7. Etapas da adaptação curricular	10
8. Acessibilidade Curricular	17
9. Ensino, Pesquisa e Extensão	18
10. Orientações Específicas.	19
11. Ações NAPNE.	20
12. Apêndice	20
Conclusão	21
Referências Bibliográficas	22
Sobre as autoras	23

1. Introdução

Este material foi elaborado com objetivo de orientar os professores da educação profissional sobre o processo de adaptação curricular, fornecendo informações sobre as etapas, comprometimento das coordenações e como registrar e monitorar os trabalhos no âmbito da educação profissional. Ele surge a partir das experiências e práticas desenvolvidas pela equipe do *Campus Planaltina* do Instituto Federal de Brasília (IFB) que tem enfrentado desafios e colhido aprendizados no processo de construção de uma educação mais acessível e inclusiva.

A inclusão é um direito de todos os estudantes e representa um desafio e uma responsabilidade compartilhada por toda a comunidade acadêmica. Nesse sentido, tomando por base a vivência concreta do *campus*, buscamos reunir neste manual informações relevantes, ferramentas práticas e estratégias para auxiliar professores e demais profissionais em suas rotinas.

O conteúdo inclui orientações gerais, sugestões de adaptações pedagógicas e modelos de planejamento que podem ser utilizados e adaptados para diferentes contextos educacionais. Além disso, o material reflete o compromisso contínuo da equipe do *Campus Planaltina* com a construção de um ambiente educacional mais acolhedor para todos.

Recomendamos que os leitores consultem este manual sempre que necessário e incentivamos a colaboração e o diálogo entre os profissionais para aprimorar as práticas inclusivas. Em caso de dúvidas, procure a coordenação de ensino ou Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do respectivo *campus*.

Além disso, formulários, links e outros materiais foram alocados em um apêndice para tornar o manual relevante para todos os *campi*.



2. Inclusão no IFB: reflexões a partir do contexto do *Campus Planaltina*

O Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) é um setor consultivo regulamentado pela Resolução n. 024-2013/CS - IFB, com a responsabilidade de promover ações de inclusão para pessoas com necessidades específicas. Essas necessidades abrangem aquelas descritas no âmbito da educação especial e qualquer condição física, social ou intelectual que impacte o processo de aprendizagem, exigindo um acompanhamento institucional que garanta a permanência e o êxito escolar.

O propósito do NAPNE é promover uma cultura de convivência e respeito à diversidade, rompendo barreiras educacionais, de comunicação, atitudinais e arquitetônicas, enquanto se empenha em assegurar que todos os estudantes tenham acesso a uma educação profissional e tecnológica de qualidade. Esse trabalho é realizado por meio de adaptações curriculares, atendimentos individuais e em grupo, orientação às famílias e suporte às práticas pedagógicas. Também são oferecidos editais temáticos que promovem a permanência de estudantes com necessidades específicas.

As atividades desenvolvidas pelo NAPNE são reflexo do compromisso coletivo com a inclusão e contam com a articulação entre diferentes setores, como a Assistência Estudantil e Inclusão Social (CDAE), a Coordenação Geral de Ensino (CGEN), as Coordenações de Curso,

de Estágio e de Pesquisa. Essa estrutura, que opera em parceria com a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão (DREP), é enriquecida pelo apoio de profissionais terceirizados contratados pela Pró-Reitoria de Extensão (PREX), como psicopedagogos e intérpretes de Libras.

A inclusão no IFB está atrelada ao acesso, à permanência e ao êxito dos estudantes, compreendendo as múltiplas vulnerabilidades que caracterizam o público atendido pela instituição. Essas vulnerabilidades exigem um olhar atento e integrado, o que leva a equipe a orientar as famílias e estudantes a manterem um diálogo constante com os coordenadores de curso. Além disso, busca-se a participação ativa das famílias e dos alunos no processo de inclusão, promovendo uma corresponsabilidade que fortalece os vínculos educacionais. Caso alguma medida ou postura institucional não atenda às expectativas, o canal de ouvidoria está disponível para o exercício da cidadania e para que a instituição possa continuar aprimorando suas práticas.

Essas experiências práticas no *Campus Planaltina* destacam a importância de um trabalho colaborativo para promover a inclusão em toda a rede IFB. Elas também servem de base para a elaboração deste manual, que busca compartilhar estratégias e aprendizados a serem adaptados aos diferentes contextos dos demais *campi*.

3. Apoio à Inclusão: Assessoria e Parcerias

O NAPNE está disponível para assessorar professores e colegiados de curso em questões relacionadas à inclusão educacional. Para dúvidas relacionadas a planos de ensino adaptados, os professores podem buscar apoio com as equipes de suas respectivas coordenações de ensino ou com profissionais especializados que atuam em cada *campus*. No caso do *Campus Planaltina*, essa assessoria no acompanhamento dos estudantes conta com equipes multidisciplinares da Assistência Estudantil composta por técnicos em assuntos educacionais, pedagogos, psicólogos e outros profissionais dedicados à inclusão ligados direta ou indiretamente ao NAPNE.

O trabalho colaborativo possibilita e reforça a acessibilidade curricular e o monitoramento contínuo das necessidades dos alunos, promovendo um ambiente educacional que respeite as particularidades de cada um.

É essencial que as equipes do NAPNE ou estruturas equivalentes realizem, ao longo do ano letivo, encontros específicos para

discutir o monitoramento dos estudantes e a organização da acessibilidade curricular. Esses momentos são valiosos para promover o diálogo, compartilhar práticas pedagógicas, identificar desafios e construir soluções colaborativas.

Tais encontros também fortalecem a integração entre os diversos setores envolvidos na inclusão, como a Assistência Estudantil, Coordenações de Curso, Direção de Ensino e outros profissionais da comunidade escolar. Essa articulação intersetorial é um dos pilares para a construção de um ambiente inclusivo e acolhedor.

Além disso, tanto o NAPNE quanto toda a equipe gestora do ensino devem estar à disposição dos docentes para orientações a qualquer momento que julgarem necessário. Essa disponibilidade reflete o compromisso institucional de apoiar os professores em sua missão de oferecer uma educação inclusiva e de qualidade, baseada em experiências práticas que inspiram ações em toda a rede IFB.



4. Por que preciso realizar a adaptação curricular?

A adaptação curricular é um instrumento essencial para assegurar o direito à educação de todos os alunos, independentemente de suas habilidades, condições ou características individuais. Essa prática além de ser recomendação pedagógica, é um compromisso legal e ético, sustentado por legislações que garantem a inclusão educacional e a promoção de oportunidades equitativas de aprendizagem.

Entre os principais fundamentos legais que orientam a adaptação curricular, destacam-se:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96

O art. 59 determina que os sistemas de ensino devem assegurar currículos, métodos, técnicas, recursos e organização aos estudantes com deficiência, adequados às suas necessidades específicas.

Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146/2015

O art. 27 estabelece que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade garantir educação de qualidade às pessoas com deficiência, protegendo-as contra toda forma de violência, negligência e discriminação.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de fevereiro de 2001

O art. 2º reforça que os sistemas de ensino devem organizar-se para atender aos estudantes com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para educação de qualidade. O art. 17 destaca que as escolas regulares de educação profissional devem promover condições de acessibilidade, capacitação de recursos humanos, flexibilização e adaptação curricular, além de encaminhar os estudantes para atividades profissionais e sociais, com o suporte do setor responsável pela educação especial.

A adaptação curricular, portanto, não apenas cumpre o que está disposto em lei, mas também demonstra o compromisso da instituição em promover uma educação inclusiva, acessível e de qualidade para todos.

Ao realizar as adaptações curriculares, os educadores desempenham um papel fundamental na construção de uma escola mais justa, onde a diversidade é valorizada e as potencialidades de cada estudante são respeitadas.



5. Você sabe o que é uma adaptação curricular?

A adaptação curricular é um conceito fundamental na área da educação e refere-se ao processo de modificação do currículo escolar para atender às necessidades individuais de estudantes com diferentes habilidades, interesses ou estilos de aprendizagem. Esse processo busca garantir que todos os alunos tenham acesso a oportunidades educacionais significativas, possibilitando que alcancem seu potencial máximo em um ambiente inclusivo, no qual cada aluno tenha a oportunidade de progredir de acordo com suas capacidades e necessidades. As adaptações podem ser temporárias ou permanentes, dependendo da situação específica de cada estudante.

As adaptações curriculares podem ser realizadas de diversas formas, incluindo:

- simplificação ou ampliação do conteúdo programático.
- uso de materiais e recursos de aprendizagem diferenciados.
- modificação de atividades, estratégias metodológicas ou avaliações.
- implementação de tecnologias assistivas.

- ajustes no tempo e espaço para realização das atividades educacionais.

Resumidamente, adaptações curriculares abrangem alterações de pequeno e/ou grande porte na estrutura do curso, incluindo objetivos, critérios de avaliação, temporalidade e organização do espaço de aprendizagem. Essas mudanças tornam possível um ensino mais flexível, capaz de respeitar a diversidade de perfis presentes no ambiente escolar.

No *Campus Planaltina*, aplicam-se normativos como a Portaria de Pessoal DGPL/RIFB/IFBRASÍLIA n. 90/2021, que regulamenta as adaptações curriculares para estudantes com necessidades educacionais específicas, disponível no link:



**Portaria de
adaptação curricular
Campus Planaltina**

Para aprofundar no tema, consulte materiais adicionais e orientações disponíveis no *campus* de sua localidade, onde as equipes de ensino e inclusão poderão oferecer apoio específico.



6. Dicas pedagógicas para a adaptação

A adaptação curricular é um processo que requer planejamento cuidadoso, compreensão das necessidades dos alunos e flexibilidade pedagógica. Aqui estão algumas dicas para orientar educadores na implementação de práticas inclusivas:

1. Conheça as necessidades dos alunos

Antes de realizar adaptações, é essencial compreender as necessidades específicas de cada estudante. Isso pode ser feito por meio de: observação, avaliação diagnóstica, conversas com os próprios alunos, com as famílias e com profissionais que acompanham o estudante, quando aplicável. Essa etapa inicial é fundamental para garantir que as adaptações sejam adequadas e eficazes.

2. Adapte o ambiente de aprendizagem

Ajuste o ambiente físico da sala de aula para atender às demandas dos alunos, considerando itens como cadeiras adaptadas, espaços de trabalho ajustáveis, iluminação adequada e recursos de comunicação alternativa. Um ambiente acessível e acolhedor pode fazer toda a diferença no engajamento e desempenho dos estudantes.

3. Avalie continuamente o progresso

Implemente sistemas de avaliação contínua para monitorar o progresso dos alunos e ajustar as estratégias pedagógicas conforme necessário. Isso pode incluir observações regulares, avaliações formativas e feedback construtivo, que ajudem a identificar o que está funcionando e o que precisa ser ajustado.

4. Estabeleça metas realistas

Defina metas específicas, alcançáveis e personalizadas para cada aluno, considerando as habilidades, interesses e desafios individuais. Metas realistas ajudam a manter a motivação e a construir uma trajetória de aprendizado consistente.

5. Use diversos recursos

Explore diferentes materiais e recursos pedagógicos que apoiem a aprendizagem, como livros didáticos adaptados, tecnologias assistivas, materiais manipulativos, vídeos educativos e outros meios que favoreçam a diversidade de modos de aprender.

6. Utilize estratégias de ensino flexíveis

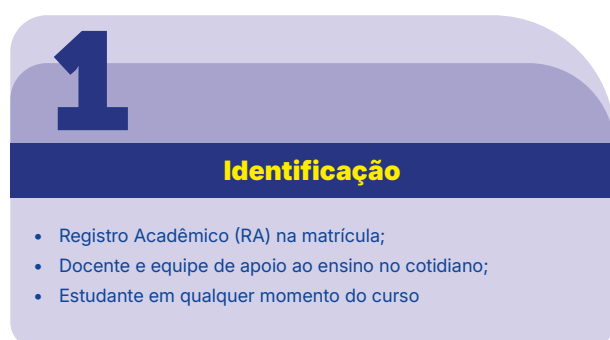
Adote estratégias pedagógicas flexíveis que permitam formas variadas de participação e expressão como o aprendizado cooperativo, ensino multimodal e diferenciação instrucional. A flexibilidade no ensino beneficia não apenas os alunos com necessidades específicas, mas toda a turma.

7. Esteja aberto ao aprendizado contínuo

Busque sempre capacitação profissional, participe de grupos de estudo e compartilhe experiências com outros educadores. A troca de conhecimentos e a disposição para aprender novas abordagens são fundamentais para aprimorar as práticas pedagógicas e atender melhor os alunos.

7. Etapas da adaptação curricular

FLUXO DO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR NO IFB CPLA



O estudante pode **solicitar acompanhamento diferenciado** de forma espontânea a qualquer momento do curso ou **no ato da matrícula**, dependendo do tipo de acesso à vaga. Também é possível agendar uma entrevista com o NAPNE para iniciar esse processo.

Ao longo do curso, os **professores podem identificar demandas** de acompanhamento específico no processo de ensino-aprendizagem. Essas percepções devem ser compartilhadas nos espaços de colegiado de curso, conselhos de classe ou encaminhadas diretamente ao NAPNE do *campus*.

É importante ressaltar que não é função da instituição escolar diagnosticar transtornos específicos de aprendizagem, mas identificar

estudantes que, em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, apresentem dificuldades que impeçam seu pleno acesso e permanência no curso. Da mesma forma, é necessário atenção a estudantes que demonstrem um desempenho acima do esperado para a turma e/ou curso.

Deste modo, aos professores recomendamos atenção às seguintes situações:

- múltiplas reprovações em componentes curriculares.
- dificuldades nos requisitos básicos da componente curricular.
- estudantes curiosos e criativos que demonstram interesse aprofundado na disciplina.
- dificuldades na execução de atividades práticas e/ou no acesso aos espaços físicos.
- dificuldades de organização e gestão das informações escolares.
- dificuldades na participação em avaliações.

- resultados do processo de avaliação diagnóstica da disciplina que evidenciem desafios de aprendizagem.
- Uma vez identificado algum caso de atenção, procure o Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE e/ou a equipe psicopedagógica da Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social – CDAE.



2

Estudo de caso

- NAPNE/CDAE/CGEN agendam com o estudante e/ou responsável;
- Após entrevistas uma ficha é criada e compartilhada com os docentes.

Quando um estudante com necessidades educacionais específicas é identificado, a equipe do NAPNE deve organizar **entrevistas** com o estudante e/ou seus responsáveis, no caso de alunos do Ensino Médio Integrado (EMI). O objetivo é compreender melhor o percurso acadêmico do estudante e identificar como a instituição pode contribuir para sua permanência e êxito.

Essas entrevistas têm como finalidade traçar uma linha do tempo do processo de escolarização do estudante, destacando suas potencialidades, dificuldades, interesses, recursos disponíveis e expectativas atuais. Quando necessário, serviços do território são acionados paralelamente ao acompanhamento escolar, reforçando a importância de uma atuação em rede para o fortalecimento de políticas sociais e educacionais.

Após essa etapa, é preenchida uma **ficha de acompanhamento do estudante**, que é encaminhada aos professores do curso para monitoramento contínuo. Nem todos os casos identificados demandam adaptação curricular, mas, para os que se enquadram nesse processo, as informações pertinentes são detalhadas nesta ficha.

O principal objetivo dessa etapa é acolher o estudante e sua família, orientando-os sobre os projetos educacionais disponíveis no *campus* e outros recursos que possam favorecer o pleno desenvolvimento e a aprendizagem. Além disso, a coleta de informações realizadas durante essa etapa é essencial para subsidiar o trabalho dos professores e promover práticas pedagógicas mais inclusivas.

3

Avaliação Diagnóstica

- Docente executa por disciplina;
- Pode determinar a adaptação curricular ou não;
- Estudante e/ou responsável são cientes do processo.

Compreendendo que o docente é responsável por seu componente curricular e possui um papel central na mediação intencional do processo de aprendizagem dos estudantes, é importante ressaltar que o processo de adaptação curricular tem caráter pedagógico, e não clínico. Por isso, recomendamos a prática da avaliação diagnóstica dos estudantes encaminhados pelo NAPNE, realizada em cada disciplina, com o objetivo de identificar as necessidades de adaptação específicas relacionadas àquele componente.

A avaliação diagnóstica é uma ação docente essencial que acompanha o trabalho com todos os estudantes. Para conduzir essa avaliação de forma eficaz é importante:

- **definir critérios de avaliação:** os critérios devem estar alinhados às capacidades que precisam ser desenvolvidas, sempre com o objetivo de alcançar o perfil profissional definido para o curso.
- **oferecer oportunidades diversificadas:** permitir que o estudante exercite as capacidades exigidas no componente curricular em diferentes situações.
- **manter clareza nos resultados:** garantir que seja evidente o que foi aprendido ou não pelo aluno, uma vez que não existe o conceito de “aprender mais ou menos”.

Os critérios de avaliação podem ser classificados em duas categorias:

- **críticos:** essenciais para o desenvolvimento da aprendizagem, representando os objetivos que o estudante deve obrigatoriamente alcançar.
- **desejáveis:** importantes, mas não essenciais em uma situação de aprendizagem específica do componente curricular.

A avaliação diagnóstica permite identificar como o plano de ensino geral da disciplina deve ser ajustado, tanto em seus objetivos quanto em sua metodologia, para atender às particularidades do estudante e/ou da turma.

Uma vez identificadas as necessidades de adaptação, solicitamos a elaboração de um plano de ensino adaptado para cada disciplina, considerando as especificidades de cada estudante. Esse plano deve ser arquivado na pasta individual do aluno, assegurando o devido acompanhamento e registro do processo.

Dicas para estudo:

**Avaliação diagnóstica -
Dicas Pedagógicas - 02**



**IFFAR FORMAÇÃO -
Avaliação Diagnóstica e
Planejamento**

4

Monitoramento

- Coord. de curso organiza pauta de inclusão nos colegiados;
- Docentes registram atendimento individual;
- NAPNE/CDAE/CGEN acompanham estudante e família para ciência dos processos;
- NAPNE/CDAE/CGEN agendam reuniões de estudo de caso

O acompanhamento dos estudantes deve ser contínuo, processual e, prioritariamente, qualitativo, fundamentado em critérios claros de aprendizagem para cada componente curricular. Esse processo deve ser registrado nos espaços de colegiado, conselhos de classe e reuniões específicas, com o objetivo de garantir a permanência e o êxito dos estudantes.

1. **Coordenação de curso:**

A Coordenação do curso, em conjunto com o NAPNE, organiza e define as pautas de inclusão nos colegiados de forma sistemática. Isso assegura que a temática da inclusão esteja presente nas discussões e decisões acadêmicas, promovendo um ambiente de aprendizado acessível a todos.

2. **NAPNE/CDAE/CGEN acompanham estudante e família para ciência dos processos:**

As equipes têm a responsabilidade de acompanhar o estudante e sua família, garantindo que todos os envolvidos estejam cientes dos processos e ações que estão sendo tomadas para a inclusão plena do estudante. Esse acompanhamento fortalece a parceria entre a instituição e a família no suporte ao estudante.

3. **Agendamentos de reuniões de estudo de caso:**

Para uma análise mais profunda e personalizada das necessidades dos estudantes, o NAPNE, CDAE e CGEN organizam reuniões periódicas de estudo de caso. Nessas reuniões, são discutidas as estratégias de atendimento e as possíveis adaptações necessárias, garantindo que as ações estejam sempre alinhadas ao melhor interesse do estudante.



5

Registro

- Processo inclusivo registrado no Plano de Ensino Individualizado (PEI);
- É direito do estudante e/ou responsáveis terem acesso.

O registro do trabalho de adaptação curricular segue o padrão estruturado para assegurar a transparência e a eficiência no acompanhamento:

- **planos de Ensino adaptados:** são elaborados com base na avaliação diagnóstica, sendo entregues no prazo de até um mês após o início das aulas.
- **registro de atendimento individual docente:** utilizado para documentar as interações e estratégias personalizadas desenvolvidas com cada estudante.
- **relatórios das coordenações:** abrangem o acompanhamento e o progresso dos discentes em diferentes etapas do processo educativo registrados em conselhos de classe ou quando necessário.
- **desenvolvimento do estudante no PEI:** o Plano de Ensino Individualizado deve conter um resumo de todas as ações realizadas, além do progresso do estudante, servindo de base para futuras intervenções pedagógicas.



PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO

O Plano de Ensino Individualizado (PEI) é um recurso indispensável no contexto educacional, especialmente para estudantes com necessidades educacionais específicas. Trata-se de um documento personalizado que leva em consideração as habilidades, necessidades e características individuais de cada aluno. O PEI inclui informações do Plano de Ensino da disciplina e destaca os aspectos curriculares que foram adaptados para atender às particularidades do estudante.

O objetivo do PEI é garantir uma educação inclusiva e de qualidade, ajustando o currículo escolar e as estratégias pedagógicas às demandas individuais do aluno. Além disso, o PEI é um documento dinâmico, sendo constantemente avaliado e ajustado conforme o progresso do estudante, assegurando que as adaptações continuem relevantes e eficazes ao longo do tempo. Ele é uma ferramenta fundamental para promover o acesso equitativo à educação e o desenvolvimento pleno de cada aluno, respeitando suas diferenças e necessidades individuais.

O PEI é construído em um processo colaborativo, envolvendo o NAPNE, as coordenações de curso, os estudantes e suas famílias. Desde a avaliação inicial até o acompanhamento contínuo, a equipe busca compreender as potencialidades e dificuldades de cada aluno, adotando estratégias personalizadas para atender às suas necessidades.

COMO É FEITO NO CAMPUS PLANALTINA?

No *Campus Planaltina* do IFB, a elaboração e o uso do Plano de Ensino Individual seguem etapas definidas pelo NAPNE, o que facilita a gestão e acompanhamento dos PEIs. O NAPNE orienta que os planos sejam elaborados via SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública), pois lá os documentos são revisados e assinados pelos envolvidos e encaminhados aos estudantes e familiares.



ETAPAS PARA A ELABORAÇÃO DO PEI - CPLA

No *Campus Planaltina*, a construção do PEI segue as seguintes etapas práticas:

1º - Avaliação Diagnóstica: o processo se inicia com uma análise criteriosa das necessidades do estudante, realizada pelos professores e NAPNE.

2º - Utilização do modelo disponível no SUAP: o modelo base do PEI, disponível no sistema, é clonado e adaptado para cada estudante atendido pelo NAPNE.

3º - Preenchimento específico: as informações relacionadas às adaptações curriculares e estratégias pedagógicas são detalhadas conforme as necessidades do estudante matriculado na disciplina em uma planilha encaminhada às coordenações de curso para que os professores do curso tenham ciência.

4º - Revisão técnica: o documento é submetido à revisão de servidores técnicos, garantindo a qualidade e a adequação do conteúdo.

5º - Correções e ajustes: caso sejam necessárias modificações, o documento é ajustado antes da finalização.

6º - Assinaturas: o PEI é assinado pelo professor responsável, pela coordenação de curso e pela coordenação do NAPNE.

7º - Apresentação ao estudante: O PEI é apresentado ao estudante e, no caso dos estudantes do Ensino Médio Integrado, também aos seus responsáveis. Essa abordagem garante que todos compreendam as adaptações realizadas e os objetivos definidos, promovendo uma parceria eficaz.

ASPECTOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO

- **compartilhamento de informações com as famílias:** As informações sobre o processo de adaptação curricular são constantemente disponibilizadas às famílias, em qualquer momento do período letivo. Essa prática busca garantir um diálogo aberto e contínuo com todos os envolvidos. Caso necessário, os estudantes e seus responsáveis podem rever, a qualquer momento, a autorização para as intervenções pedagógicas propostas.
- **elaboração integrada no SUAP:** Todos os PEIs são elaborados e registrados no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), assegurando a organização e a padronização dos documentos. Ao final do ano letivo, é montado um processo contendo todos os registros, garantindo transparência e acessibilidade à documentação.

Compreendemos que o processo de inclusão é dinâmico e requer adaptações às necessidades dos alunos continuamente. Por isso, é fundamental realizar revisões regulares no percurso formativo de cada estudante, incentivando práticas bem-sucedidas e reavaliando aquelas que não atendem de maneira eficaz às suas demandas. Essa abordagem reflexiva assegura que o trabalho pedagógico permaneça alinhado aos princípios da inclusão e da promoção da aprendizagem de qualidade.

Além disso, destacamos a importância de registrar o atendimento individual ao estudante do NAPNE, a fim de sistematizar e formalizar o acompanhamento realizado.

8. Acessibilidade Curricular

A Acessibilidade Curricular refere-se ao reconhecimento da singularidade dos estudantes atendidos pela Educação Especial, destacando que formas diversificadas de itinerários formativos podem ser organizadas, desde que articuladas às dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, e alinhadas à proposta pedagógica. Essas formas devem atender às necessidades, desejos e aspirações dos estudantes, considerando também a realidade da escola e de seu contexto (Resolução CNE/CEB nº 03/2018, Art. 5º, §10).

É direito dos estudantes com deficiências, altas habilidades, superdotação, transtornos específicos de aprendizagem e transtornos gerais do desenvolvimento terem acesso à educação pública de qualidade, com suas particularidades reconhecidas e acompanhadas em todos os níveis da educação.

Para que uma escola seja verdadeiramente inclusiva, é necessário compreender

que diversas necessidades educativas impactam o processo de aprendizagem dos estudantes. O nosso trabalho, enquanto educadores, é promover uma escola para todos.

Nesse contexto, o IFB propõe-se a acompanhar os alunos da Educação Especial e aqueles cujas necessidades educacionais específicas possam afetar seu acesso, permanência e sucesso na educação.

Para tanto, buscamos refletir sobre o currículo e o perfil profissional de cada curso oferecido no *campus*, identificando as alterações necessárias para garantir o pleno acesso e participação dos estudantes de nossa comunidade.

Portanto, trata-se de acompanhar os estudantes com necessidades educacionais específicas e também de garantir que as ações de pesquisa, ensino e extensão acompanhem essa demanda, por meio de iniciativas institucionais amplas que promovam transformação na sociedade.



9. Ensino, Pesquisa e Extensão

É essencial incluir os estudantes NAPNE em atividades de pesquisa e extensão, pois isso contribui para a adaptação curricular e promove uma formação mais inclusiva. Caso haja alunos NAPNE em suas aulas, considere os seguintes pontos:

- **desenvolvimento de habilidades:** avalie se existem habilidades específicas que esses estudantes precisam desenvolver e que podem ser trabalhadas nos projetos de extensão e pesquisa oferecidos no *campus*.
- **reconhecimento de conquistas:** quando um aluno NAPNE concluir uma atividade significativa, como um TCC, apresentação de trabalho ou participação em eventos e congressos, sugerimos que a coordenação envie uma nota para publicação no site, destacando as ações realizadas e reconhecendo os progressos alcançados.

- **propostas de atividades externas:** ao propor atividades externas, verifique se o estudante possui condições de participar e entre em contato com a equipe do NAPNE para, juntos, elaborarem estratégias adequadas para garantir a participação e o sucesso desses estudantes.

Para mapear e construir o perfil dos estudantes NAPNE, recomendamos à coordenação de pesquisa e estágio que:

- realize um levantamento quantitativo da presença de estudantes NAPNE nas atividades de pesquisa.
- registre os alunos NAPNE que enfrentam dificuldades de acesso e êxito nos estágios.

O NAPNE está à disposição para colaborar na construção de práticas inclusivas que vão além do ensino, integrando pesquisa, extensão e outras dimensões da formação acadêmica.



10. Orientações Específicas

No **Campus Planaltina**, conforme mencionado no início desta cartilha, tem sido desenvolvido um trabalho contínuo na construção e síntese de informações específicas para orientar a inclusão, sempre considerando a realidade local e as necessidades da comunidade acadêmica.

Caso necessite de recomendações pedagógicas para atender a necessidades específicas de estudantes, os seguintes materiais estão disponíveis:

- **Adaptações pedagógicas para alunos com TEA** (Transtorno do Espectro Autista)
- **Adaptações pedagógicas para alunos com TDAH** (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade)
- **Adaptações pedagógicas para alunos com baixa visão**

No contexto da educação profissional e tecnológica, existem diversas experiências enriquecedoras que podem inspirar e aprimorar a prática pedagógica. Nesse aspecto, são recomendadas as seguintes palestras como fontes de aprendizado e reflexão:

- **acessibilidade em recursos educacionais digitais**: compartilhando experiências, organizada pelo IFSUL.
- **Práticas inclusivas na educação profissional II**: deficiência intelectual e TEA.
- **Práticas inclusivas na educação profissional III**: paralisia cerebral e deficiência física.
- **Práticas inclusivas na educação profissional IV**: Altas Habilidades/ Superdotação.

Esses materiais e eventos são recursos valiosos que contribuem para a melhoria contínua das práticas pedagógicas, com o objetivo de promover uma educação mais inclusiva e acessível para todos.



11. Ações NAPNE

O NAPNE tem desenvolvido diversas ações para promover a inclusão no *campus*, com destaque para:

- o edital de projetos inclusivos, que divulga práticas exitosas de inclusão realizadas no *campus*.
- o edital de monitoria, destinado a oferecer suporte a alunos com necessidades específicas.
- a aquisição de materiais inclusivos e tecnologia assistiva, visando garantir a acessibilidade e a participação plena dos estudantes.
- a formação docente para o trabalho inclusivo, com capacitações específicas, incluindo temas como a criação do PEI (Plano Educacional Individualizado).

Caso precise de materiais específicos para seu componente curricular a fim de assegurar a inclusão de um estudante, envie um e-mail para o NAPNE com a descrição e quantidade do que é necessário.

12. Apêndice

Clique no link para ver os arquivos:



[Modelo de fichas de acompanhamento dos estudantes.](#)



[Modelos de PEI \(Plano de Ensino Individualizado\).](#)

Conclusão

Este manual foi concebido a partir das experiências práticas do Campus Planaltina com o objetivo de desmistificar e sistematizar o processo de adaptação curricular, reafirmando-o como um direito do estudante e um compromisso ético e legal de toda a comunidade acadêmica. Assegurar o acesso, a permanência e o êxito de todos os alunos é a base de uma educação profissional, científica e tecnológica pautada pela equidade.

Ao longo destas páginas, apresentamos um fluxo de trabalho claro e colaborativo, que se inicia na **Identificação** das necessidades do estudante, passa pelo **Estudo de Caso** e pela **Avaliação Diagnóstica** conduzida pelo docente, e culmina no **Monitoramento** contínuo e no **Registro** formalizado através do Plano de Ensino Individualizado (PEI). Este percurso evidencia que a adaptação curricular não é uma tarefa isolada do professor,

mas uma ação institucional articulada entre docentes, coordenações de curso, equipes do NAPNE, estudantes e suas famílias.

As diretrizes e ferramentas compartilhadas, como a elaboração do PEI via SUAP, buscam fornecer um suporte prático aos educadores, incentivando a flexibilização de conteúdos, metodologias e avaliações para atender à diversidade do nosso corpo discente.

Dessa forma, esta cartilha consolida-se como um instrumento de apoio e formação contínua, que visa não apenas cumprir as normativas, mas inspirar uma cultura de inclusão. Que este manual possa fortalecer as práticas pedagógicas em todos os campi, reforçando nosso compromisso coletivo com a construção de uma educação que valoriza as potencialidades de cada indivíduo e promove uma sociedade mais justa e acessível para todos.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 29 de outubro de 2024.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. *Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de fevereiro de 2001*. **Define as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2001. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/publicacoes-secretarias/semesp/diretrizes-nacionais-para-a-educacao-especial-na-educacao-basica>. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. *Resolução CNE/CEB nº 3, de 22 de novembro de 2018*. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2018. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/>. Acesso em: 29 out. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA – IFB. **Cartilha do NAPNE**. Brasília: IFB Campus Brasília. 1. sem. 2014. Disponível em: [https://www.ifb.edu.br/attachments/article/6358/Napne%20\(Orienta%C3%A7oes\).pdf](https://www.ifb.edu.br/attachments/article/6358/Napne%20(Orienta%C3%A7oes).pdf). Acesso em: 29 out. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. *Portaria nº 90, de 9 de fevereiro de 2021*. **Regulamenta os processos de adaptações curriculares CPLA**. Brasília. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/anexos/artigo/27927/Portaria%20pessoal%2090%202021%20regulamentação%20os%20processos%20de%20adaptação%20C3%A7C3%B5es%20curriculares%20CPLA.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.



Sobre as autoras



Luana Lustoza de Brito Ponte

Pedagoga pela Universidade de Brasília (UnB, 2012), Especialista em Orientação Educacional (2016) e mestranda no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Atua na interface entre Educação e Representações Sociais da Educação, inclusão e políticas públicas. Atualmente, é técnica em assuntos educacionais no Instituto Federal de Brasília (IFB), onde contribui para a gestão e qualificação de processos educacionais. Como pesquisadora, integra o grupo Inclusiva - Laboratório de Pesquisa em Necessidades Especiais, dedicando-se a estudos sobre práticas pedagógicas inclusivas na educação.



Lorena Silva Costa

Bacharel em psicologia. Mestre em Política Pública de Saúde na FIOCRUZ. Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial e também Neuropsicologia. Atualmente é Psicóloga no Instituto Federal de Brasília onde atua na Coordenação de Assistência Estudantil e no Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidade Específicas, trabalhando na área da inclusão escolar, implementação de políticas de permanência estudantil, construção de cultura de paz e promoção de saúde mental no ambiente escolar. Paralelo a isso, também atua em consultório clínico no acompanhamento psicológico de adultos e casais por meio da abordagem de gestalt-terapia.

**Orientar os professores da educação
profissional sobre o processo de adaptação
curricular, fornecendo informações sobre as
etapas, comprometimento das coordenações
bem como registrar e monitorar os trabalhos.
Além disso, visa incentivar a reflexão sobre a
importância da inclusão como princípio norteador
das práticas institucionais e como elemento
integrador entre ensino, pesquisa e extensão.**



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

